



GT 39. Estudos etnográficos sobre cidadania

Coordenador(es):

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (UNIFAP - Universidade Federal do Amapá)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB - Universidade de Brasília)

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre “direitos”, “cidadania”, “igualdade” e “justiça”. Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a “cidadania” como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a “cidadania” é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre “cidadania”.

?Feminismo é revolução?: Coletiva das Vadias e a busca pelo reconhecimento de direitos das mulheres

Autoria: Cibelle Canto Bastos (UNB - Universidade de Brasília)

Neste artigo apresento uma etnografia do grupo feminista responsável pela realização da Marcha das Vadias na cidade de Recife/PE. A Marcha das Vadias acontece em Recife desde 2011 e vem sendo organizada por um grupo que já passou por diversas mudanças e que desde 2018 se intitula ?Coletiva das Vadias?, trata-se de um grupo heterogêneo, com mulheres de várias classes sociais, heterossexuais, bissexuais e lésbicas, mulheres negras e brancas. Aqui procuro descrever como a Coletiva sistematiza e organiza uma agenda de eventos feministas na cidade de Recife a partir do acompanhamento de suas atividades ao longo do ano de 2018: desde um evento para ressignificação do próprio nome, em abril, até a realização da Marcha, em 9 de junho de 2018. Demonstro como, durante este período, as atividades da Coletiva das Vadias levantaram pautas que se relacionam com a reivindicação por reconhecimento de direitos das mulheres, como: antirracismo, descriminalização do aborto, combate ao feminicídio e ao enfrentamento da violência contra a mulher. Tendo como referência este material etnográfico sustento que a Coletiva das Vadias, especialmente no momento da Marcha, mobiliza suas demandas a partir de uma performance coletiva, na qual o corpo feminino deixa de ser um corpo dócil/domesticado, e passa a ser um agente de reivindicação política e social que atua na busca do reconhecimento de direito das mulheres, agindo como um corpo político. A partir destas observações proponho um diálogo entre meu material etnográfico e as discussões acerca das noções de ?reconhecimento? e ?direito?, debatendo com pensadores como Axel Honneth (2003), Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2011; 2018) e Nancy Fraser (2001; 2009). Com isso, pretendo apontar como as atividades do grupo e a sua forma de ativismo feminista, podem estar inseridos nas discussões sobre reconhecimento de direitos das mulheres, pensados aqui a partir de sua dimensão simbólica.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: